



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

321

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº

ACÓRDÃO



Vistos, relatados e discutidos estes autos de
Apelação nº 0004728-29.2010.8.26.0004, da Comarca de
São Paulo, em que é apelante MARIA DO CARMO
NASCIMENTO (JUSTIÇA GRATUITA) sendo apelado BRADESCO
AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS S/A.

ACORDAM, em 28ª Câmara de Direito Privado do
Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte
decisão: "NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. V. U.", de
conformidade com o voto do Relator, que integra este
acórdão.

O julgamento teve a participação dos
Desembargadores MELLO PINTO (Presidente sem voto),
JÚLIO VIDAL e CESAR LACERDA.

São Paulo, 26 de julho de 2011.


CELSO PIMENTEL
RELATOR

C.f

Deixando a autora de demonstrar sua alegada condição de companheira da vítima do fatal acidente de trânsito, a refletir em sua ilegitimidade para a demanda por diferença de indenização do seguro obrigatório, mantém-se o decreto de extinção do processo sem exame de mérito.

Autora de demanda por diferença de indenização do seguro obrigatório apela da respeitável sentença de extinção sem exame de mérito. Insiste em sua legitimidade, sob o argumento de que à época do acidente de trânsito era companheira do falecido, com quem teve três filhos. Busca a inversão do resultado.

Dispensava-se preparo e veio resposta.

É o relatório.

A indenização do seguro obrigatório "no caso de morte será paga, na constância do casamento, ao cônjuge sobrevivente" e, "na sua falta, aos herdeiros legais", dispunha o art. 4º da Lei 6.194/74, na redação que vigorou até o advento da Lei 11.482, de 31 de maio de 2007.

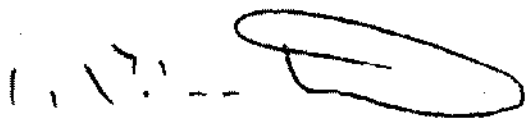
Para fins do referido artigo, estabelecia seu parágrafo primeiro, "a companheira será equiparada à esposa, nos casos admitidos pela lei previdenciária".

No caso, embora tenha demonstrado ser mãe de três filhos da vítima (fls. 125/127), a autora não comprovou a condição de companheira à época do fatal acidente.

Não bastasse, e o pagamento administrativo fez-se à outra pessoa, não à autora (fl. 64), aspecto que em tempo algum ela esclareceu.

Então e diante da expressa recusa à produção de prova (fls. 102 e 109), há mesmo ilegitimidade ativa, o que conduz à manutenção do decreto de extinção do processo sem exame de mérito (CPC, art. 267, VI).

Pelas razões expostas, nega-se provimento ao apelo.


Celso Pimentel
relator